

O movimento leigo na Igreja Católica no decorrer do século XX

The lay movement in the Catholic Church in the 20th century

Nadia Maria Guariza¹

nadiamguariza@hotmail.com

Resumo. O presente texto trata do movimento leigo na Igreja Católica no decorrer do século XX, procurando as mudanças e as permanências nas propostas oficiais desta instituição. Entende que estas propostas pastorais estavam em concordância com a política oficial da Igreja diante do contexto social e político que se apresentava. Portanto, pode-se perceber a convivência de duas correntes fortes no catolicismo do século XX, sobretudo no latino-americano, quais sejam, o da neocristandade e da Teologia da Libertação. O objetivo deste artigo, neste sentido, é analisar a constituição e a interação entre as propostas destas duas correntes diante da documentação oficial da Igreja Católica, como as encíclicas papais, o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Conferência de Puebla e a Conferência de Medellín. Além disso, a análise do movimento leigo enfocará os papéis sociais de gênero, ou seja, os papéis atribuídos às mulheres e aos homens nestes movimentos.

Palavras-chave: gênero, Igreja Católica, apostolado leigo, século XX.

Abstract. This article discusses the lay movement in the Catholic Church in the 20th century, looking for instances of change and permanence in the official proposals of this institution. It assumes that these pastoral proposals were in agreement with the church's official policies in the face of the social and political context of that period. Thus, one can observe the coexistence of two strong currents in 20th century Catholicism, particularly in Latin America, viz. the "neo-Christendom" and Liberation Theology. The article analyzes the constitution and interaction of the proposals of these two currents over against official Catholic documents such as papal encyclicals, the Second Vatican Council (1962-1965), the Puebla Conference and the Medellín Conference. Additionally, it focuses on the gender-related social roles, i.e., the roles ascribed to women and men in those movements.

Keywords: gender, Catholic Church, lay apostolate, 20th century.

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Necessária e continuamente a vida humana, privada e social, se encontra em contacto com a lei e o espírito de Cristo; daí resulta, por força das coisas, uma penetração recíproca do apostolado religioso e a ação política. Política, no sentido elevado da palavra, não quer dizer outra coisa senão colaboração para o bem da Cidade, Polis. Mas esse bem da Cidade se estende muito amplamente e, por conseguinte, é no terreno político que se debatem e também se ditam as leis de maior alcance, como as que concernem ao matrimônio, à família, à criança, à escola, para Nos limitarmos a esses exemplos... (Pio XII, 1960, p. 11).

É necessário animar, dentro das elites, as minorias comprometidas, criando – enquanto possível – equipes de base que façam uso da pedagogia da revisão da vida, fazendo-as compreender que são, simultaneamente, apóstolos de seu próprio ambiente, e estimulando, além disso, contatos com os demais grupos na vida paroquial, diocesana e nacional. Esta pastoral das elites não deve ser separada da pastoral geral da Igreja (CELAM, 1992, p. 143, Medellín).

Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto seja possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo (CELAM, 1992, p. 136, Medellín).

As citações acima remetem a dois momentos diferentes da Igreja Católica no século XX e três propostas diferentes de apostolado leigo. A primeira citação foi extraída das alocações de Pio XII (1960) sobre o apostolado leigo em 1951 que ainda contém alguns traços da neocrisandade entendendo a participação leiga na Igreja como uma estratégia de defesa da instituição na sociedade moderna. A segunda e a terceira citação são fragmentos do documento da Conferência do Episcopado de Medellín (1968) que tratam da pastoral na América Latina, sendo que uma remete à pastoral das elites e a outra à pastoral das massas.

Percebe-se, nas citações referentes a Medellín, que o foco de atenção não era mais a luta em defesa do catolicismo, mas sim o atendimento aos marginalizados, tanto do campo quanto da cidade. Mesmo a pastoral das elites deveria estar atenta às necessidades desta população. Não que antes o apostolado leigo não estivesse voltado para os desvalidos, porém o objetivo após o Concílio Vaticano II (1962-1965) era o de questionar as desigualdades sociais e não apenas a filantropia.

O leitor deve estar se perguntando como uma pesquisa que trata da participação leiga na Igreja Católica começa as suas reflexões a partir dos documentos oficiais da Igreja. A questão da participação leiga na Igreja Católica no Brasil possui uma história controversa e se concentra basicamente em fontes produzidas pela própria instituição; por isso, muitas vezes o número de fontes disponível é pequeno e é permeado pelo olhar da instituição sobre o fiel. A Igreja se preocupou em guardar a sua memória, e os leigos, quando aparecem, quase sempre é para demonstrar o papel evangelizador da Igreja (Guariza, 2003, p. 148).

A parca documentação encontrada sobre as associações leigas no Brasil no início do século XX, na sua maioria, estava sob a supervisão do padre diretor como as atas das reuniões. Sendo assim, num grande período que abrange o Brasil imperial até boa parte do século XX, escrever a História da participação leiga no catolicismo só é possível por intermédio do estudo da documentação oficial, salvo casos em que podemos lançar mão de depoimentos orais proporcionando uma visão do leigo sobre o seu papel na instituição.

De qualquer forma, para estudar o movimento leigo deve-se ter em mente que as ações dos fiéis estavam de acordo com as diretrizes traçadas pela Igreja, entendendo que em toda norma há espaço para várias interpretações e ações dos receptores destas. Portanto, este artigo inicia as suas reflexões a partir das documentações oficiais da Igreja, ou seja, as encíclicas papais do início do século XX, documentos relativos ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e às Conferências Episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979).

A análise desta documentação deter-se-á na proposta de Igreja e de movimento leigo no decorrer do século XX, considerando o contexto histórico no qual a Igreja estava inserida e como isso estava articulado com a prática evangelizadora e pastoral desta instituição.

O recorte temporal deste artigo são as décadas de 1960 a 1980, pois acredita-se que houve mudanças significativas no movimento leigo neste período. No entanto, muitos autores (Michel Löwy e Maria Salas, entre outros) afirmam que, durante o papado de Pio XII, são perceptíveis mudanças no direcionamento da Igreja tanto em seus planos gerais quanto no que diz respeito aos leigos. Esta diferença estaria ligada a um reposicionamento diante do catolicismo da neocrisandade herdeiro das idéias ultramontanas.

Tempos de renovação

Até a metade do século XX, a Igreja Católica estimulou a participação dos leigos em suas fileiras porque desejava recuperar o poder social ameaçado pelas mu-

danças empreendidas pela modernidade. Nesse sentido, a Ação Católica se constituiu como um braço leigo na sociedade para defender os interesses da instituição.

O trabalho evangelizador proposto para os leigos variava segundo a idade, o gênero e a posição social. Esse trabalho evangelizador estava ancorado numa representação de mundo extremamente hierarquizada e conservadora. A hierarquia era perceptível em vários níveis sociais, seja entre clero e leigos, seja entre patrões e empregados, seja entre homens e mulheres. Portanto, a sociedade concebida por esse catolicismo conservador das primeiras décadas do século XX era clivada por diferenças que estabeleciam relações de poder entre os grupos e se legitimava por meio de argumentos teológicos.

A partir da década de 1940, o apostolado leigo sofreu modificações como se pode observar nas encíclicas desse período. Após a Segunda Guerra Mundial, intensifica-se o processo de individualização na sociedade; assuntos até então considerados de interesse coletivo, como a escolha religiosa, passam a ser de opção individual. Ir à missa e participar de um movimento não era mais apenas um gesto social, mas uma expressão individual de fé (Vincent, 1992, p. 411).

Não se tratava mais de atuar em nome de Deus para salvar a sociedade, mas sim professar uma religião que permitisse uma identificação com o fiel. Diante dessas mudanças, a Igreja Católica, na década de 1960, teve que se adequar aos novos tempos.

Em 1962, João XXIII anunciou a abertura do Concílio Vaticano II (1962-1965), que pretendia modificar o foco e a forma de atuação da Igreja Católica. Desde 1961, o pontífice se mostrou sensível às questões que envolviam a desigualdade social e as diferenças entre países pobres e ricos (João XXIII, 1963). Desta forma, poderíamos afirmar que duas linhas importantes foram seguidas nos trabalhos do Concílio Vaticano II: a de transformar as relações entre o clero e os fiéis e a preocupação com a miséria mundial.

Emerge, nesse contexto, a figura de um novo padre que não é o único portador da verdade e que pode aprender com o fiel. Nesse sentido, os padres da América Latina se mostraram mais sensíveis à situação de miséria da população, criando uma igreja mais humanizada e preocupada com o pobre, como veremos adiante.

João XXIII (1958-1963) anunciou em dois de fevereiro de 1962 que, naquele mesmo ano, em 11 de outubro, haveria a abertura do Concílio Vaticano II. Esse concílio ocorreu em quatro etapas; a primeira, de 11 de outubro a 8 de dezembro de 1962; a segunda, de 21 de setembro a 4 de dezembro de 1963; a terceira, de 14 de setembro a 21 de novembro de 1964; e a quarta, de 4 de novembro a 8 de dezembro de 1965.

Entre as decisões tomadas no Concílio Vaticano II (1962-1965), podemos mencionar a ampliação da obrigatoriedade da missa do domingo para o final de semana inteiro; o vernáculo substituiu o latim, e foi permitido aos leigos ministrarem a comunhão. Desse momento em diante, o bispado nacional agiu a partir de duas vias: mobilizar o clero com a finalidade de produzir uma linguagem religiosa em cada língua nacional; e conscientizar as comunidades cristãs a respeito da procura de uma justiça social para todos (Vincent, 1992, p. 413).

Essa preocupação com os pobres estava presente nas encíclicas papais, como a *Mater et Magistra* (15/07/1961) do papa João XXIII (1958-1963), que demonstrava que o problema considerado mais importante pela cúpula da Igreja Católica da época eram as relações entre países economicamente desenvolvidos e países em via de desenvolvimento. Tomava corpo a noção de que todos os habitantes do mundo desenvolvido eram responsáveis pelas populações subnutridas e o papel da Igreja seria conscientizar todos, sobretudo os mais favorecidos, da necessidade de um mundo mais solidário (Vincent, 1992, p. 414).

Uma das personalidades que teve grande destaque na vanguarda deste catolicismo foi o Monsenhor Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, que juntamente com outros bispos da América Latina pretendiam romper com a aliança da Igreja Católica com as forças conservadoras em seus países e se aproximar cada vez mais dos pobres e de um discurso transformador ancorado no evangelho. A proposta era abandonar a preocupação com a culpa individual da danação para substituí-la pela responsabilidade social com o outro.

Além da preocupação com o pobre, essa ala da Igreja Católica na América Latina lutava pelo respeito aos direitos humanos, já que a maioria dos países do continente vivia sob a força da repressão dos regimes autoritários e militares, que cerceavam a liberdade e a segurança dos cidadãos.

A orientação recebida de Roma a partir do Vaticano II era que a Igreja é o povo de Deus; sendo assim, a Igreja não era apenas Roma, eram as pessoas que estavam nas ruas, nas prisões e nas calçadas. Em 1968, ocorreu a Conferência de Medellín, que seguia essas orientações, e o papa Paulo VI (1963-1978) expôs na *Gaudium et spes* que a Igreja tem muito a aprender com o "outro" (Vincent, 1992, p. 414). O catolicismo latino-americano se difundiu de maneira menos hierárquica e autoritária entre a população pobre. Católicos e padres se reúnem aos camponeses do nordeste e aos pobres das periferias das grandes cidades. Era a gênese das Comunidades Eclesiais de Base que se disseminariam na década de 1970.

Segundo Enrique Dussel (1981), a Conferência de Medellín teve um grande efeito de demonstração para os próximos encontros dos bispos, seja na Ásia, na África ou na Europa. Em 1971, a comissão de “Justiça e Paz” dedicou-se ao estudo de questões econômicas ligadas ao desenvolvimento das regiões pobres do mundo em comparação com a situação de riqueza dos países desenvolvidos.

Na carta ao cardeal Maurice Roy, acima mencionada, o papa chega a dizer: “É preciso instaurar maior justiça na distribuição dos bens, tanto no interior das comunidades nacionais, como no plano internacional [...] Já temos afirmado freqüentemente que o dever mais importante da justiça é de permitir a cada país promover seu próprio desenvolvimento, dentro de um âmbito de cooperação isenta de todo espírito de domínio. Certamente, a complexidade dos problemas levantados é grande no conflito atual das interdependências” (Dussel, 1981, p. 54-55).

Nesta mesma carta, o cardeal diz que alguns cristãos sentem-se atraídos por estas idéias, porém deve-se lembrar a clara condenação pela Igreja do marxismo como ideologia materialista e atéia.

Aos poucos, estes estudos preocupados com o desenvolvimento e a justiça no mundo começaram a sofrer obstáculos no centro da Igreja, representado pelos bispos europeus. Em 1972, a hierarquia conservadora da Igreja latino-americana assumiu o controle do Conselho Episcopal Latino-Americano lançando ataques contra a linha mais progressista do catolicismo, principalmente a Teologia da Libertação. Em 1979, na Conferência de Puebla, compareceu o papa João Paulo II tentando dissuadir o clero a abandonar a prática transformadora com nuances marxistas, porém sofreu resistência da linha progressista.

Segundo Ivan Manoel (2000, p. 137), a análise da Teologia da Libertação e de sua ação concreta do clero e do laicato é de difícil compreensão para o historiador, tanto na descrição do processo quanto na sua interpretação. O autor coloca algumas questões para exemplificar esta dificuldade de análise, quais sejam: como explicar o abandono de um catolicismo anticomunista entre alguns elementos do clero e a adoção de um pensamento de esquerda? Como entender que esta corrente de viés marxista desenvolveu-se com mais intensidade na América Latina? Quais as inspirações intelectuais dos pensadores católicos ligados à Ação Católica, compreendendo que estes pensadores na década de 1950 apresentam primeiramente mudanças na forma de pensar daquele catolicismo romanizado? E, por fim, o autor pergunta se o Concílio Vaticano II foi convocado para promover mudanças ou para atendê-las?

Segundo Ivan Manoel (2000, p. 139), estudos recentes sobre o catolicismo no Brasil demonstram que o processo de romanização não foi homogêneo no país, sendo mais forte e marcado no sul e São Paulo, o mesmo não ocorrendo em outras regiões brasileiras. Além de ter que se levar em conta a especificidade de situações de aplicação de uma política institucional, como é o caso do ultramontanismo em várias regiões brasileiras, deve-se estar atento também ao contexto e às estratégias criadas pela Igreja.

Deve-se ficar atento aos outros grupos da Igreja que apresentavam idéias diversas daquelas propagadas pela alta cúpula do Vaticano. Neste sentido, encontram-se comentários sobre uma corrente de intelectuais católicos francês no início do século XX com idéias de esquerda, entre eles Charles Peguy, Henri Desroche, Jean Yves Calvez, M. D. Chenu, Jean Cardonnel, Paul Blanchart e Emmanuel Mounier. Segundo Michel Lowy (1998), esta corrente católica teria como matriz os pensadores anticapitalistas e românticos da Igreja do século XIX, que no século seguinte não se sustentaria, recebendo uma inflexão para a esquerda.

Para Ivan Manoel (2000, p. 146), o que propiciou esta esquerdização dos pensadores católicos foi justamente o chamamento do laicato para uma participação mais efetiva sob a bandeira da neocrisandade, transformando-o de um simples fiel paciente que assiste a missas e cumpre os sacramentos, em militante das pastorais. Estes grupos de intelectuais influenciados pelos pensadores franceses absorveram estas idéias e apostaram na transformação por meio da interferência no social. Portanto, movimentos como a Ação Católica e o Centro Dom Vital no Brasil, que faziam parte dos planos daquele catolicismo defensivo e romanizado, tornaram-se espaços que contribuíram para a construção de uma nova perspectiva para os movimentos católicos.

Maria José Rosado Nunes (1991) indica que o processo de mudança no Brasil ocorreu pelo menos uma década antes do Concílio Vaticano II com a criação da CNBB em 1952 e a organização da Primeira Conferência dos bispos da América Latina (Rio de Janeiro em 1955). Posteriormente, as idéias do Concílio Vaticano II foram bem recebidas pelo clero latino-americano, sobretudo o brasileiro, que criara uma oposição aos regimes militares e desenvolveu as práticas pastorais propostas pelo concílio, especialmente as CEBS, e, por fim, propiciou a criação de novos discursos teológicos, notadamente a Teologia da Libertação.

Na década de 1960, a esquerda católica estava associada a movimentos leigos como a JUC (Juventude Universitária Católica), AP (Ação Popular) e o MEB (Movimento de Educação de Base). A contribuição destes grupos foi a redefinição do papel do laicato na Igreja

e a conexão entre política, religião e transformação social. Como veremos no próximo tópico, estes movimentos e a Ação Católica tinham um método que influenciaria o método utilizado nas CEBs.

Nos anos de 1970, um grupo de leigos foi de fundamental importância no sentido de avançar em direção a um catolicismo da libertação. Este grupo era formado por ex-militantes dos movimentos universitários católicos da década anterior. Na sua maioria, eram profissionais intelectualizados formados nas áreas de economia, urbanismo, sociologia, advogados, entre outros campos do conhecimento. Estes pensadores desenvolviam teorias de aporte marxista que enfatizavam a questão do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Este grupo de pensadores formou uma espécie de aparelho intelectual laico da Igreja. Sua influência se fez sentir na preparação de Medellín e na gênese da Teologia da Libertação no início dos anos de 1970.

Maria José Rosado Nunes (1991) aponta a influência francesa na formação do laicato e da inteligência católica das décadas de 1950, 1960 e 1970, associando também a contribuição dos padres-trabalhadores da Bélgica e a ação militante da Ação Católica brasileira. A autora sublinha a importância da Universidade de Lovaina, na Bélgica, na formação de vários idealizadores das CEBs no Brasil.

No Brasil, a duplicidade do catolicismo latino-americano também era perceptível. De um lado, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) propondo um catolicismo renovado e próximo do pobre e lutando contra as atrocidades do regime militar. De outro lado, uma ala conservadora remanescente do catolicismo da neocrisandade que estava ligada aos grupos dominantes do país (Delgado e Passos, 2003, p. 98).

No pontificado do papa João XXIII (1958-1963), o setor mais beneficiado pelo Concílio Vaticano II possivelmente tinha sido o laicato. Com a aproximação da Igreja de uma teologia que privilegia o pobre e que possuía uma concepção menos hierarquizada da sociedade, tornando o clero e os fiéis mais próximos, a atividade pastoral dos leigos recebeu nova conotação e significado, adquirindo maior autonomia em relação à autoridade eclesial (Bandeira, 2000, p. 208-209).

Desta forma, entre as décadas de 1960 e 1980, encontramos nas paróquias brasileiras associações leigas femininas ainda ligadas ao catolicismo da neocrisandade, como a Legião de Maria, e as associações religiosas de cunho mais popular e progressista como as Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais. Acreditamos que essas duas linhas criaram novas possibilidades para as mulheres, atribuindo-lhes novos significados aos seus papéis sociais de gênero.

Apostolado em tempos de renovação

A renovação na Igreja e no movimento leigo mostrou os seus primeiros sinais na década de 1950. Segundo Marina Bandeira (2000), desde a década de 1930 a Ação Católica Brasileira distinguia-se das outras organizações leigas, porque se dedicava ao estudo do evangelho e dos documentos pontifícios, sobretudo os que tratavam de questões sociais. Os participantes da ACB liam com frequência Leon Bloy, Georges Bernanos, Jacques Maritain e Romano Guardini. A adoção dos círculos de estudos, técnica pedagógica trazida para o Rio de Janeiro pela belga Christine de Hemptinne, além do estudo, estimulava o debate e a desenvoltura com a palavra. Este método consistia em uma prática mensal em que

a ACB organiza pequenos grupos de militantes, sob a responsabilidade de um(a) dirigente, sejam grupos masculinos ou femininos, que se reúnem, de preferência, uma vez por semana. É nesses pequenos grupos que, após a leitura de um pequeno trecho do Evangelho e da reflexão em comum sobre ele, se observa a rotina de vida, isto é, a constante avaliação, em grupo, de palavras e atitudes de cada um dos integrantes do mesmo, tendo como padrão de referência o ideal de vida apresentado pelo Evangelho (Bandeira, 2000, p. 307-308).

Este tipo de reunião foi inspirado numa nova pedagogia não-diretivistica que pretendia superar o autoritarismo na formação escolar, permitindo aos educandos fazer as suas próprias descobertas, sendo o resultado das pesquisas discutido com o professor. Monsenhor Cardijn adaptou esta pedagogia para a Juventude Operária Católica, propondo a formação através da ação, evitando o excessivo peso dos conhecimentos livresco e teórico. Era o conceito de conversão pelo meio, ou seja, os operários seriam convertidos pelos operários.

Outro método utilizado pela ACB era o do inquérito que consistia na trilogia ver, julgar e agir. Este método visava à autenticidade dos participantes com a expressão da verdade por palavras e gestos. Esta formação de cunho democrático provocou a reestruturação da ACB na década de 1950 tendo como objetivo buscar a maior participação dos militantes nos níveis de decisão da ACB.

Segundo Marina Bandeira (2000, p. 310), foi a partir da década de 1950 que a ACB modificou os seus estatutos redefinindo a sua ação perante as massas por intermédio de pequenos grupos de católicos com fé lúcida

da ampliada por uma visão dos problemas sociais. Sendo assim, as transformações no movimento leigo no Brasil apenas aprofundaram após o Concílio Vaticano II.

Quanto ao Concílio Vaticano II, no tocante à transformação das relações entre clero e laicato, pode-se apontar, como mencionado no item anterior, a obrigatoriedade da missa do domingo para o final de semana inteira, o que proporcionava uma flexibilidade ao fiel para participar da missa; o vernáculo substituiu o latim, o que tendia a uma aproximação maior entre o fiel e o padre durante a missa, por usar a língua de seu país; e a permissão do fiel em ministrar a comunhão, os chamados ministros, que poderiam ser tanto homens quanto mulheres.

Quanto a esta última mudança, nota-se que a comunhão sempre se configurou como momento mais importante da celebração da missa, pois reconstitui o sacrifício de Cristo pela Humanidade. Por isso, a sua realização era de exclusividade do sacerdote; portanto, tal mudança no ritual demonstrou uma grande “revolução” na hierarquia entre clero e leigo.

Além disso, o fato das mulheres também poderem ministrar a comunhão quebrou o tabu a respeito da impureza feminina, pois até então a sua participação no altar era vedada por causa da contaminação do Pecado Original². De qualquer forma, as mulheres não podiam e ainda não podem se ordenar sacerdotes, o que demonstra que a Igreja continua a conceber a mulher como um ser diferente do homem.

Mesmo no caso da autorização para ministrar a eucaristia havia uma ordem de preferência que seria: um aluno do seminário, um religioso, uma religiosa, catequista, fiel homem e fiel mulher. Ou seja, a mulher leiga era a última alternativa (Salas, 1993).

Retomando a questão da mudança nas relações entre clero e leigos, o Concílio Vaticano II criou uma nova figura de padre que não é o único portador da verdade e que pode estabelecer uma relação de igualdade com o fiel, no sentido de aprender com ele.

Pode-se perceber a simetria na relação entre padre e fiel pelo trecho a seguir do Concílio Vaticano II que trata do apostolado leigo:

Habituem-se os leigos a trabalhar na paróquia, intimamente unidos aos seus sacerdotes; a trazer para a comunidade da Igreja os problemas próprios e do mundo e as questões relativas à salvação dos homens, para serem examinados e resolvidos por troca de con-

sultas; a empenhar-se, na medida de suas forças, em auxiliar todas as iniciativas apostólicas e missionárias da própria família eclesial (Concílio Vaticano II, 1966, p. 16).

As palavras “intimamente”, “comunidade” e “por troca de consultas” explicitam uma idéia de reciprocidade entre sacerdotes e leigos. Não era colocada em questão a relação hierárquica, no sentido do sacerdote representar a verdade e o fiel ser um humilde servo. Nessa nova relação é possível a troca entre as partes, e a sociedade não é mais comparada com o reino divino, mas sim com uma comunidade.

Portanto, em vez das relações serem estabelecidas a partir de parâmetros rígidos, como no universo de reis e súditos, a Igreja renovada pelo Concílio Vaticano II pretendia estabelecer relações mais horizontais. Um exemplo dessa nova postura é o decreto do ecumenismo. Até então a postura da Igreja Católica perante as outras religiões cristãs era de confronto; apesar do Concílio Vaticano II ainda considerar a religião católica como a verdadeira representante de Cristo na Terra, abriu a possibilidade do convívio mais harmonioso com as demais religiões cristãs.

Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II. Pois Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja. Todavia, são numerosas as Comunhões cristãs que se apresentam aos homens como a verdadeira herança de Jesus Cristo. Todos, na verdade, se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Esta divisão, porém, contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda a criatura. O Senhor dos séculos, porém, prossegue sábia e pacientemente o plano de sua graça a favor de nós pecadores. Começou ultimamente a infundir de modo mais abundante nos cristãos separados entre si a compunção (sic) de coração e o desejo de união. Por toda a parte, muitos homens sentiram o impulso desta graça. Também surgiu entre os nossos irmãos separados, por moção da graça do Espírito Santo, um movimento cada vez mais intenso em ordem à restauração da unidade de todos os cristãos (Decreto Unitatis redintegratio, 2005).

² Euclides Marchi, ao analisar documentos episcopais brasileiros do início do século XX, afirma que o espaço do altar era interdito às mulheres e a confissão deveria ser realizada em público devido à idéia corrente no catolicismo de que a natureza feminina era mais propensa ao pecado (Marchi, 2000, p. 243).

Pelo trecho acima percebe-se que não se tratava mais de lutar contra os inimigos protestantes, mas convidá-los a compartilhar do amor em Cristo. O Concílio cria a possibilidade de um convívio pacífico entre os cristãos, colocando as outras religiões cristãs e o catolicismo como leituras diferentes dos ensinamentos de Cristo. Essa leitura do evangelho diferenciada dos protestantes e dos católicos é o que provoca uma disparidade em suas ações. Poderíamos pensar que essa nova percepção sobre os demais cristãos era um indicativo de que a Igreja Católica estava aceitando o “outro”, por intermédio de uma postura mais democrática.

Essa nova postura da Igreja é perceptível no apostolado leigo. Além da relação mais próxima entre o padre e o fiel, também observa-se que o foco de atuação do movimento leigo não se restringe à sua paróquia ou país; sendo assim, as organizações internacionais que atuavam entre populações pobres em continentes distantes foram incentivadas por Roma. Essa visão mais cosmopolita se devia, segundo o Concílio Vaticano II, aos seguintes fatores: “a emigração das populações, a multiplicação dos mútuos liames e a facilidade dos meios de comunicação, já não se permite a nenhum grupo social permanecer fechado em si” (Concílio Vaticano II, 1966, p. 16).

No entanto, algumas preocupações se aprofundam, como a proteção ao matrimônio, justamente devido à proliferação de leis favoráveis ao divórcio; por isso, uma das maneiras do leigo servir ao apostolado era manter a indissolubilidade e santidade desse sacramento. A questão da pobreza também é tratada quando se estimula a participação dos cristãos na elaboração da legislação civil, para que as necessidades das famílias como a moradia, a educação, a condição de trabalho e o seguro social fossem respeitadas. O concílio relembra que a família “se apresenta como um santuário íntimo da Igreja pelo mútuo afeto de seus membros e pela oração feita a Deus em comum” (Concílio Vaticano II, 1966, p. 17); por isso, a necessidade de torná-la equilibrada.

O Concílio recomenda ao apostolado familiar algumas obras dignificantes como adotar crianças abandonadas, acolher estrangeiros, cooperar com as direções das escolas, ajudar adolescentes com meios materiais e conselhos, auxiliar na catequese, ajudar na preparação dos noivos, apoiar casais em crise e acolher os idosos.

Ao tratar das formas de apostolado o Concílio lista as formas individuais, que seriam mais flexíveis, e as tradicionais, como a Ação Católica, que deveria seguir os parâmetros instituídos desde Pio XI. Além disso, os leigos deveriam receber a orientação espiritual e doutrinária dos sacerdotes. Nesse sentido, algumas normas anteriores ao concílio permaneceram.

Por outro lado, o concílio permitia uma certa autonomia dos leigos para organizar e dirigir novas associações, porém estas associações deveriam tomar o cuidado de se manter de acordo com os dogmas e preceitos católicos; caso contrário, as associações não poderiam receber o denominação de participante da instituição (Concílio Vaticano II, 1966, p. 29).

Apesar de conceder a autonomia aos leigos para organizarem associações, o concílio também aponta para o fato dos fiéis cuidarem em não dispersar as forças com a fragmentação do movimento católico em várias frentes, o que diminuiria os efeitos do trabalho. Por isso, observa que isso pode ocorrer quando “sem motivo suficiente ou quando se conservam associações de vida já inútil ou de método antiquado” (Concílio Vaticano II, 1966, p. 25).

Sendo assim, o concílio recomenda que os padres e leigos observem qual associação seria mais eficaz em cada localidade e a estimulasse em detrimento de outras. Quanto ao papel feminino, pouco é comentado, apenas se menciona o fato das mulheres estarem cada vez mais ativas na sociedade e, por isso, era muito importante a ampliação da participação feminina no apostolado da Igreja.

O texto do Concílio está mais centrado nas atividades que os leigos devem desenvolver do que na separação de obrigações entre os grupos, ou seja, se os leigos devem se organizar por faixa etária, por classe social ou por gênero. Sendo assim, não encontramos referências específicas às mulheres. No texto sobre o apostolado leigo, é lembrada a representação de Nossa Senhora como intercessora entre os homens e Jesus, e o seu papel de colaboradora na Redenção, expondo que Maria, ao levar sua vida terrena cheia de trabalhos e de obrigações para com sua família, sempre esteve junto de Cristo ajudando-o em sua obra. Essa representação era recorrente no catolicismo como já mencionado anteriormente.

No trecho que explana sobre a figura de Cristo, o texto do concílio procura enfatizar mais o aspecto humano de Jesus do que ao que remete à sua origem real da Casa de Davi. Além disso, o texto aponta que Cristo está em todos os homens “sejam parentes sejam estranhos [...]” (Concílio Vaticano II, 1966, p. 8). A seguir continua indicando Jesus como modelo para os católicos: “Seguindo a Jesus pobre, não se deprimem na pobreza nem se envaidecem com a abundância dos bens temporais. Imitando a Cristo humilde, não ambicionam a glória vã” (Concílio Vaticano II, 1966, p. 8).

Cristo não era a única representação social utilizada como modelo de comportamento para os fiéis. Como já mencionado por vários autores, muitas representações femininas tiveram a mesma finalidade entre as fiéis, entre elas Nossa Senhora, Santa Mônica, Santa Rita e Maria Madalena.

Em 1969, o Papa Paulo VI decretou que Maria Madalena³ sofreu uma injustiça ao ter associada a sua figura com a de uma prostituta, dizendo que na verdade houve um engano de interpretação do Evangelho, pois Maria, a prostituta, seria outra e não a discípula querida de Cristo. Poderíamos pensar que isso seria um indício de uma nova postura da Igreja a respeito das mulheres.

Segundo Zilda Fernandes Ribeiro (1998), a encíclica *Gaudium et spes*, coerente com as mudanças do mundo na década de 1960, aponta para a luta feminista pelo reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres e a necessidade de se criar uma visão positiva do corpo feminino na Igreja. Em outros documentos oficiais da Igreja do período, como as Conferências de Medellín e a de Puebla, Maria Pilar Aquino (1997) diz que, apesar da linguagem expressa nesses documentos ainda ser de caráter androcêntrico e sexista, propiciou às mulheres uma nova missão e identidade como co-agente da construção da história e da renovação da Igreja.

Um indicativo de que o Concílio Vaticano II estava promovendo mudanças na forma de conceber o papel feminino na instituição é perceptível no pedido de Paulo VI de incorporar nos trabalhos do Concílio 23 mulheres (10 religiosas e 13 leigas). Tal atitude foi motivo para anedotas, como sugerir que, nos intervalos, fossem criados para as mulheres lugares à parte do lugar dos bispos para tomar o café. Não obstante o constrangimento provocado por essas ironias, as mulheres participaram ativamente do Concílio, integrando comissões de trabalho e solicitando alterações no texto conciliar em trechos que poderiam denotar diferenciação entre homens e mulheres (Salas, 1993, p. 90-91).

Além disso, as mudanças empreendidas pelo Concílio, no sentido de tornar a Igreja um espaço mais democrático e voltado aos pobres, provocou um questionamento entre as mulheres que participavam dos movimentos leigos e religiosos no sentido de repensar o seu papel na Igreja e na sociedade, dando estímulo a uma literatura de teologia feminista combativa até os dias de hoje na Igreja.

Quanto à questão da participação leiga nos documentos das Conferências Episcopais da América Latina, de Medellín e de Puebla, ambos os documentos estavam preocupados em adaptar as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II à realidade latino-americana.

O documento de Medellín, em seus tópicos sobre os diversos assuntos abordados, apresenta os seguintes itens: diagnóstico, princípios e recomendações. Neste sentido, sobre o apostolado leigo o documento primeiramente apresenta a situação da religiosidade da população

latino-americana, enfatizando que a população era extremamente crente, porém a sua fé misturava-se muito ao misticismo. Aliás, o documento indica que entre a população existiam várias vivências a respeito da religião. Não obstante a população apresentar esta religiosidade que para alguns estudiosos estava ligada às práticas coloniais, o documento recomenda o respeito e não a imposição a estas práticas. Sendo assim, não se tratava de impor o catolicismo vindo de Roma, como anteriormente, mas entender o catolicismo praticado pelos fiéis latino-americanos e, a partir dele, evangelizar a população.

Outra preocupação corrente no documento de Medellín é quanto à situação de pobreza dos países latino-americanos. Em vários momentos é enfatizada a necessidade do desenvolvimento para promover a justiça e a paz nestes países. Muito embora o documento trate da questão da desigualdade social e a necessária intervenção nela, o documento condena a aproximação de alguns membros do clero das idéias socialistas e atéias. Os documentos de Medellín indicam algumas formas de pastorais: a familiar, das massas e da elite.

Ao tratar da pastoral da família, ressalta que o grupo familiar continuou a ser considerado como portador de um “papel primordial tanto no campo social, quanto no cultural, no ético e no religioso” (CELAM, 1992, p. 111, Medellín,). O documento apontava uma crise na estrutura familiar latino-americana por causa da proliferação do divórcio, a busca pelo prazer e o problema demográfico. Esta crise familiar poderia ter graves repercussões na sociedade; por isso, a pastoral familiar deveria ter prioridade na planificação da pastoral de conjunto. O documento sugeria “que esta seja [pastoral fosse] planejada em diálogo com os casais que, por sua experiência humana e pelos carismas próprios do sacramento do matrimônio, podem auxiliar eficazmente em sua elaboração” (CELAM, 1992, p. 111, Medellín).

Entre as metas e orientações para a pastoral familiar estavam a necessidade de inculcar nos jovens uma educação para o amor que subjugue a sexualidade, preparando-os para o casamento. Nos casais jovens, desenvolver o compromisso com uma paternidade responsável, demonstrar que o diálogo familiar é importante para a coesão e harmonia do lar. A família deveria ser a igreja doméstica. Promover a integração entre as famílias, inclusive a abertura de famílias de melhores condições para aquelas que possuíam dificuldades. O documento prosseguia afirmando que deveria “[...] fazer de nossas famílias uma força viva a serviço da construção da Igreja

³ Em 1969, o Vaticano, na ocasião da publicação do novo calendário de santos e feriados da Igreja Católica, reconheceu o equívoco cometido com respeito a Maria Madalena, ou seja, que o papa Gregório, o Grande, no século VI, teria confundido Maria Madalena com outra Maria que seria prostituta. Após reparar o erro, o Papa Paulo VI teria afirmado que Maria Madalena era apóstola de Cristo (Acocella, 2006, p. 64).

ja, do desenvolvimento e da realização das necessárias transformações em nosso continente” (CELAM, 1992, p. 113, Medellín).

Na pastoral das massas, o documento propõe seguir uma linha pedagógica que:

- a) *Assegure uma séria reevangelização das diversas áreas humanas do continente;*
- b) *Promova constantemente uma reconversão e uma educação de nosso povo na fé, em níveis cada vez mais profundos e maduros, seguindo o critério de uma pastoral dinâmica que, em consonância com a natureza da fé, impulse o povo fiel para a dupla dimensão personalizante e comunitária entre as recomendações pastorais (CELAM, 1992, p. 136, Medellín).*

O documento recomenda ainda a formação do maior número possível de comunidades eclesiais nas paróquias, sobretudo na zona rural e entre os marginalizados das cidades. Estas comunidades deveriam permanecer sob a dependência de um bispo. A comunidade deveria ser formada na medida em que os seus membros adquirissem um sentido de pertença, levando-os à solidariedade no cumprimento de uma missão. A participação nesta missão observaria uma posição “ativa, consciente e frutificante na vida litúrgica e na convivência comunitária” (CELAM, 1992, p. 138, Medellín).

A pastoral das massas deverá adotar uma exigência cada vez maior para conseguir personalização e vida comunitária, de modo pedagógico, respeitando as etapas diversas no caminho para Deus. Respeito que não significará apenas aceitação e imobilismo, mas também um convite a uma vivência mais plena do Evangelho e a uma conversão reiterada. Para este fim, se torna necessária a estruturação de organismos pastorais (nacionais, diocesanos, paroquiais) e a utilização dos meios adequados, como os de comunicação social, para uma catequese apropriada, missões baseadas sobretudo em núcleos familiares ou de bairros etc., que dêem um sentido de vida mais de acordo com as exigências do Evangelho (CELAM, 1992, p. 138, Medellín).

Pelo trecho acima, pode-se observar a sensibilidade dos bispos latino-americanos às diferenças do sentimento religioso da população e que a ação pastoral para as massas deveria ter em mente estas diferenças e respeitá-las, entendendo-as como um dos caminhos para se chegar até Deus. Isto não significava que não houvesse a interferência do clero no sentido de modificar esta vivência religiosa popular, porém a abordagem não seria mais autoritária e impositiva,

mas um “convite a uma vivência mais plena do evangelho”, leia-se o evangelho do ponto de vista de Roma.

Na pastoral das elites, o documento aponta alguns grupos que fariam parte desta elite latino-americana. Entre os princípios propostos pelo documento estão que a evangelização deveria orientar-se por uma fé pessoal e adulta que aceitasse os constantes desafios do mundo atual. A evangelização das elites deve ser concretizada pelo testemunho pessoal e comunitário, expresso pelo compromisso temporal com os valores de justiça e fraternidade.

Nas recomendações gerais para a pastoral da elite estão:

1. *É necessário animar, dentro das elites, as minorias comprometidas, criando – enquanto possível – equipes de base que façam uso da pedagogia da revisão da vida, fazendo-as compreender que são, simultaneamente, apóstolos de seu próprio ambiente, e estimulando, além disso, contatos com os demais grupos na vida paroquial, diocesana e nacional. Esta pastoral das elites não deve ser separada da pastoral geral da Igreja.*
2. *Procuremos que os sacramentos e a vida litúrgica, com base numa relação pessoal com Deus e com a comunidade, adquiram o sentido de apoio e desenvolvimento, o amor de Deus e do próximo, como expressão da comunidade cristã.*
3. *Na formação do clero, é preciso dar maior atenção a este tipo de pastoral especializada, preparando-se – também mediante estudos profissionais e técnicos quando for preciso – assessores especializados para estes grupos (CELAM, 1992, p. 143, Medellín).*

Pelas recomendações para orientar os trabalhos com a pastoral da elite, percebe-se que havia toda uma estratégia da parte do clero latino-americano para aconselhar os membros destas pastorais, possivelmente pelo valor social que estas pessoas tinham. Até equipes especiais de profissionais técnicos foram idealizadas para atender a demanda deste grupo de fiéis. Além disso, é enfatizada a importância destas pessoas da elite como exemplos vivos de comportamento cristão com a expressão “apóstolos de seu próprio ambiente”, porém deveriam permanecer sob a tutela da autoridade eclesiástica local. O documento aponta a preocupação com a crescente autonomia conquistada pelos movimentos leigos de elite em décadas anteriores, ao afirmar que esta pastoral não deveria ser separada da pastoral geral da Igreja.

Em 1979, na Conferência de Puebla, foi enfatizada, no que concerne aos leigos, a tarefa evangelizadora com a promoção da justiça dos povos, tendo em vista o processo desigual de desenvolvimento industrial, urbano

e transformação cultural que aprofundam as diferenças socioeconômicas, afetando, sobretudo as classes baixas.

O documento aponta a contribuição de Medellín na evangelização na América Latina, inspirando novas experiências nesta área. Estas novas experiências encontraram desafios e obstáculos como citado pelo documento:

Howve crises que afetaram, naturalmente, o laicato latino-americano e, em especial, o laicato organizado que sofreu não só os embates da agressividade da própria sociedade – repressão dos grupos de poder – mas também aqueles gerados por uma forte ideologização, por desconfianças mútuas e nas instituições, que levaram inclusive a dolorosas rupturas dos movimentos leigos entre si e com seus pastores (CELAM, 1992, p. 480, Puebla).

Este trecho do documento faz menção às ditaduras militares e à perseguição que elementos do laicato organizado sofreram devido às suas novas práticas evangelizadoras. Ao tratar do leigo na Igreja e no mundo o documento indica a contribuição destes na construção de uma comunidade de fé, de oração e de caridade, por meio da catequese, dos sacramentos e da ajuda ao próximo. O leigo tem o seu raio de ação na própria sociedade por seu testemunho de vida, por suas palavras e por suas atitudes, com a finalidade de instaurar o Reino de Deus.

Pelo documento, os leigos deveriam dar atenção especial à família, à educação e à comunicação social. A participação política também era incentivada pelo documento, seja na ação de votar, quanto na militância em partidos políticos ou no exercício de cargos públicos.

Para tanto, os leigos deveriam receber a preparação nos próprios movimentos e associações de que participavam, assim como em “institutos adequados e no contato com seus pastores” (CELAM, 1992, p. 482, Puebla). Os seus trabalhos pastorais deveriam ter como referência a fé, o evangelho e a doutrina social da Igreja. Sobre isso, o documento afirma:

Por outro lado, o leigo deve trazer ao conjunto da Igreja a sua experiência de participação nos problemas, desafios e urgências do seu “mundo secular” – de pessoas, famílias, grupos sociais e povos – para que a evangelização eclesial se enraíze com vigor. Neste sentido, será preciosa contribuição do leigo, pela sua experiência de vida, competência profissional, científica e trabalhista, de sua inteligência cristã, tudo quanto possa contribuir para o desenvolvimento, estudo e investigação do ensinamento social da Igreja (CELAM, 1992, p. 483, Puebla).

Pela citação acima, percebe-se que a competência dos leigos era reconhecida, sobretudo porque eles

agregavam aos seus conhecimentos a experiência de seus cargos profissionais, o que o clero por si só não poderia contemplar. Nas pastorais, os leigos poderiam participar na planificação e organização de suas decisões. O apostolado organizado deveria prestar ajuda, incentivo e iluminação no compromisso político da pastoral.

Não obstante o fato do documento de Puebla reconhecer a importância dos leigos na evangelização, o texto preocupa-se com alguns perigos desta participação, como a clericalização do laicato, que reduziria a sua inserção na sociedade; o ministério dos leigos não devia ser individual, mas sim comunitário, e por fim a participação ativa de alguns não podia intimidar a participação dos demais.

Na avaliação da Conferência de Puebla sobre o apostolado leigo nos últimos anos que antecederam o encontro dos bispos, indica-se que os movimentos tornaram-se extremamente politizados, promovendo o esvaziamento das dimensões evangelizadoras das pastorais. Alguns movimentos leigos sofreram distorções por estarem muito atrelados à hierarquia; por outro lado, em outros movimentos existia uma grande autonomia, provocando o seu desprendimento da comunidade eclesial.

Neste sentido, percebe-se, pelos documentos do Concílio Vaticano II, encíclicas papais e os documentos do CELAM (1992) em Medellín e Puebla no decorrer das décadas de 1960 a 1970, que um novo projeto de participação laica estava em construção. Algumas permanências podem ser observadas como idéias ligadas à Doutrina Social da Igreja ou outras sobre a Ação Católica. Por outro lado, algumas mudanças estavam em vista como uma Igreja para os pobres e uma preocupação com movimentos pastorais de massa, sobretudo na América Latina.

Segundo Maria José Rosado Nunes (1991), a concepção das CEBs apresentada nos textos dos intelectuais ligados a elas é a de que as CEBs poderiam ser a solução “pós-moderna” para o movimento, era um sair da modernidade sem voltar ao passado. Segundo Michel Löwy (1998), as CEBs, por defender a escolha individual e estimular novas formas de solidariedade, não podem ser identificadas com as formações sociais tradicionais, pré-modernas.

A pesquisa de Maria José Rosado Nunes (1991) indica que a maior parte dos membros das CEBs são migrantes; então, estas comunidades funcionariam como espaços de sociabilidade que garantiriam a mobilização das famílias e da vizinhança na reinterpretação das normas e valores no interior das relações sociais. Nesta experiência social das CEBs, cada participante é valorizado, ao contrário da vida anônima das cidades.

Não obstante o caráter ecumênico e autônomo das CEBs, Maria José Rosado Nunes (1991) afirma que o elemento de catolicidade destas comunidades não pode ser menosprezado, porque elas fazem parte do aparato

institucional da Igreja. Deve-se ter isso em mente, sobretudo quando a perspectiva do estudo remete às questões de gênero, pois a posição assumida pelos participantes das CEBs é coerente com o estatuto de feminino e masculino defendidos pelo catolicismo.

Portanto, as relações estabelecidas no interior das CEBs estão submetidas à doutrina da Igreja e as comunidades estão integradas a uma rede internacional da qual os participantes não têm controle. Para Nunes (1991), as CEBs fazem parte de um sistema católico estruturado, e, por isso, para compreendê-las, é necessário inseri-las em seu lugar neste sistema.

As comunidades foram constituídas a partir da aprovação eclesiástica e estavam ligadas a uma paróquia. Segundo Nunes (1991), as CEBs são os elementos inovadores na nova proposta de pastoral. Além disso, as CEBs são mobilizadoras por essência; ao contrário dos outros fiéis que se restringem à participação nas missas e nos sacramentos, os participantes das CEBs são os católicos “à frente do tempo”. Os participantes são reconhecidos e se reconhecem a si mesmos como “uma comunidade” e são reconhecidos como pertencentes à Igreja.

Segundo Nunes (1991), grande parte dos participantes das CEBs são mulheres pobres e assumem papel de liderança nestas comunidades. Para a autora, há uma estreita ligação entre as CEBs e a nova proposta de Igreja engendrada na década de 1960, na qual engajamento político e fé andam juntas. Poderíamos pensar que esta nova concepção de Igreja e as práticas que dela florescem permitiram a transformação da ação e da construção da subjetividade das mulheres leigas que participaram das CEBs.

Considerações finais

Ao estudar as encíclicas papais e demais documentos oficiais da Igreja do século XX sobre a participação leiga no trabalho de evangelização, percebe-se que, no decorrer deste século, o leigo tem um lugar de importância para o discurso oficial. Seja no caso da igreja ultramontana que acredita no poder das fileiras dos fiéis para combater os seus inimigos, seja pela igreja pós-conciliar que apostou nos fiéis para empreender mudanças democratizantes na instituição.

Quanto à questão de gênero, nota-se que o discurso oficial expresso nas encíclicas se mostra contraditório no período ora analisado. No início do século XX, a Igreja Católica promove a mulher como o esteio moral do lar, mas simultaneamente lhe delega um lugar secundário na instituição e na sociedade. O catolicismo pós-conciliar também se mostra ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que permite a participação feminina nos trabalhos do concílio, é ineficaz no momento de colocar em prática as propostas (Salas, 1993, p. 22-27).

Referências

- ACOCELLA, J. 2006. A pecadora santa: os dois mil anos de obsessão por Maria Madalena. In: D. BURSTEIN; A.J. de, *Maria Madalena: os segredos da mulher mais instigante da Bíblia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 376 p.
- AQUINO, M.P. 1997. *A teologia, a Igreja e a mulher na América Latina*. São Paulo, Edições Paulinas, 94 p.
- BANDEIRA, M. 2000. *A Igreja Católica na virada da Questão Social (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Vozes, 180 p.
- CELAM. 1992. *Conclusões das conferências do Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo, Paulus, 520 p.
- CONCÍLIO VATICANO II. 1966. *O apostolado leigo*. 18 abr. 1965. Petrópolis, Vozes, 80 p.
- DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO: SOBRE O ECU- MENISMO. Acessado em: 25/09/2005, disponível em: www.vatican.va/archive/hist_councils.
- DELGADO, L. de A.N.; PASSOS, M. 2003. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: L. de A.N. DELGADO; J. FERREIRA, *O tempo da ditadura militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 93-131.
- DUSSEL, E. 1981. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. De Medellín a Sucre (1968-1972). São Paulo, Loyola, 230 p.
- GUARIZA, N.M. 2003. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. Curitiba, PR. Dissertação de Mestrado em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, 148 p.
- JOÃO XXIII. 1963. *Mater et Magistra*. 15 jul. 1961. Petrópolis, Vozes, 41 p.
- LÖWY, M. 1998. Ética católica e espírito do capitalismo. *Cultura Vozes*, 1:86-100.
- MANOEL, I.A. 2000. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa. *Estudos de História*, 7(1):135-148.
- MARCHI, E. 2000. De santas a suspeitas e pecadoras. *Significação*, 14: p. 24-45.
- NUNES, M.J.R. 1991. *Eglise, sexe et pouvoir: les femmes dans le catholicisme au Brésil les cas des Communautés Eclésiales de Base*. Paris, França. Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 413 p.
- PIO XII. 1960. *Sobre o apostolado leigo*. Petrópolis, Vozes, 30 p.
- RIBEIRO, Z.F. 1998. *A mulher e seu corpo: magistério eclesiástico e renovação ética*. Aparecida, Editora Santuário, 93 p.
- SALAS, M. 1993. *De la promoción de la mujer a la teología feminista: cuarenta años de historia*. Santander Malianõ, Sal Terrae, 200 p.
- VINCENT, G. 1992. Os católicos: o imaginário e o pecado. In: A. PROST; G. VINCENT (org.), *História da vida privada: da Primeira Guerra Mundial a nossos dias*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 392-426.

Submetido em: 01/02/2008

Aceito em: 29/04/2008